



Comissão Especial de Licitação <celsupelro@gmail.com>

Contrarrazões.PNA.Concorrência Pública n. 007/2020

NELSON CANEDO MOTTA <canedomotta@hotmail.com>

23 de junho de 2021 19:34

Para: "celsupelro@gmail.com" <celsupelro@gmail.com>

Cc: NELSON CANEDO MOTTA <canedomotta@hotmail.com>, "cleitonpena@gmail.com" <cleitonpena@gmail.com>






EXCELENTÍSSIMO SENHOR EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA - PRESIDENTE
DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE
COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA - SUPEL.

Segue anexado ao e-mail documentos contendo as contrarrazões (e anexos) da
empresa PnA Publicidade LTDA em face do recurso administrativo
apresentado por Agência Nacional de Propaganda LTDA diante do resultado
da sua Habilitação nos autos da Concorrência Pública nº 007/2020/CEL/SUPEL/RO.

Solicito confirmação de recebimento desse e-mail.

Atenciosamente,

Nelson Canedo Motta
Advogado - OAB/RO 2.721

14 anexos **Contrarrazões.PNA.pdf**
3805K **Doc. 01 - Procuração PnA.pdf**
91K **Doc. 02 - IN 2023.pdf**
134K **Doc. 03 - Protocolo de entrega do SPED.2020.pdf**
10K **4.1 - RECIBO DE ENTREGA ECD.pdf**
848K **Doc. 4.2 - Declaração de enquadramento EPP.Junta Comercial.pdf**
290K **Doc. 4.3 - Protocolo do balanço.Junta Comercial.pdf**
10592K **4.4 - Certidão Junta Comercial.pdf**
1172K **Doc. 5.1 - Regime Tributação.PNA.pdf**
230K **Doc. 5.2 - Regime Tributação.PNA.pdf**
298K **Doc. 5.3 - Regime Tributação.PNA.pdf**
221K **Doc. 5.4 - Regime Tributação.PNA.pdf**
230K **Doc. 6.1 - Certificado_de_registro_no_cadastro_geral_de fornecedor.pdf**
489K **Doc. 6.2 - Declaração SICAF.pdf**
603K



Camargo, Magalhães
& Canedo Advogados

Ilustríssimo Senhor Everson Luciano Germiniano da Silva - Presidente da Comissão Especial de Licitação da Superintendência Estadual de Compras e Licitações do Estado De Rondônia – SUPEL.

Processo eletrônico nº 0042.244886/2020-67 - Concorrência Pública nº 007/2020/CEL/SUPEL/RO.

PNA PUBLICIDADE LTDA ("PNA DIGITAL"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita regularmente no CNPJ sob o nº 04.746.016/0001-07, sediada na Rua Brasília, nº 2930, bairro São Cristóvão, em Porto Velho/RO, CEP 76804-070, cujos documentos de constituição e regularidade já foram apresentados em fase de habilitação da Concorrência, por meio de seus procuradores *in fine* firmados, *ut* instrumento de procuração em anexo [doc. 01], com endereço profissional localizado na Rua Senador Álvaro Maia, nº 1366, bairro Olaria, nesta Capital, e-mail contatoadvcmc@gmail.com, vem à conspícua presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 109, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, apresentar suas **CONTRARRAZÕES**, ao Recurso Administrativo interposto pela **AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA**, protocolado em 16.04.2021, e o faz segundo as razões fáticas e jurídicas a seguir delimitadas.

1 – BREVE ESCORÇO DOS FATOS.

1. A licitante Agência Nacional de Propaganda LTDA apresentou "Recurso Administrativo" em face da decisão da Comissão de Licitação que Habilitou a Recorrida PNA Publicidade nos autos da Concorrência Pública em estudo, cujo objeto é a *"contratação de agência de propaganda para prestação de serviços técnicos de publicidade [...] para atender o Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - SUGESP"*.

2. Nessa *actio*, sustentou a Recorrente que a Habilitação da Recorrida foi indevida, eis que está se apresentou no certame como sendo enquadrada como EPP, quando na realidade seu faturamento demonstra que não pertence a tal categoria, o que descambou, no seu entendimento, na prática de ato fraudulento ao certame que resultaria na anulação da referida habilitação.

3. Disse ainda na peça recursal que não foi apresentado pela Recorrida documento hábil que demonstrasse que ela não responde a nenhum processo falimentar, porquanto outra causa que levaria a sua desclassificação.

4. Por ter sido regularmente notificada, vem a Recorrida apresentar suas Contrarrazões, conforme segue abaixo.

2 – DO MÉRITO DAS CONTRARRAZÕES.

2.1 – Da suposta declaração falsa.

5. A Recorrente sustentou no recurso em debate que *"a licitante PNA PUBLICIDADE deve ser inabilitada da licitação porque, de maneira equivocada e quiçá de má-fé, em mais uma tentativa desesperada de vencer a Concorrência Pública nº 007/2020/CEL/SUPEL/RO a qualquer custo, declarou-se como Empresa de Pequeno Porte*

(EPP) mesmo não sendo esta a sua realidade fiscal e societária. Ou seja, apresentou declaração falsa com o intuito de fraudar a licitação e obter possível vantagem para se sagrar vencedora.”

6. Constou ainda no recurso em estudo que *“contextualizando os fatos que ensejam o provimento deste Recurso Administrativo, com a consequente inabilitação da licitante PNA PUBLICIDADE, tem-se que esta se autodeclarou como pertencente à categoria de Empresa de Pequeno Porte (EPP), em atendimento ao item 8.5 do Edital. É o que diz a declaração de fl. 87 do seu Invólucro nº 5 – Habilitação (...).”*

7. Ainda segundo a narrativa fática contida no recurso ora impugnado, tal declaração é considerada fraudulenta pela Recorrente, em razão da Recorrida atualmente não estar enquadrada como EPP, pois auferiu rendimento bruto no ano de 2020 superior a quatro milhões e oitocentos mil reais, ou mais precisamente, alcançou o patamar de R\$ 4.963.581,53 (quatro milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos) de receita bruta, o que lhe alça no grupo de empresa de médio porte.

8. Em razão disso, concluiu a Recorrente que *“a declaração falsa por parte da licitante PNA PUBLICIDADE, emitida com a finalidade de auferir indevidamente benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, é conduta ilícita que deve ser reprimida e sancionada com a sua inabilitação no processo licitatório, independentemente de ter havido ou não obtenção de vantagem por tal declaração. Trata-se de ilícito administrativo cuja sanção se deve impor por condição de jure, não havendo relação com os efeitos produzidos por tal declaração. A ilicitude está na falsidade, não no benefício, que seria, no caso, mero exaurimento da conduta ilícita.”*

9. Pois bem. De início importante destacar que a Recorrida não praticou qualquer ato “desesperado” visando vencer a licitação, como deselegantemente foi sustentado pela Recorrente em sua peça recursal [*“mais uma tentativa desesperada de vencer a Concorrência Pública nº 007/2020/CEL/SUPEL/RO a qualquer custo (...)”*].

10. Ao revés, toda a sua conduta perante este certame foi pautada na mais estreita legalidade e boa-fé, pois sempre tratou as demais concorrentes e os servidores

públicos que laboraram neste processo licitatório com todo o respeito que o caso requer.

11. Nenhum recurso administrativo foi proposto pela Recorrida nestes autos, nem muito menos foi interposto qualquer ação perante o Poder Judiciário ou representação em sede de Tribunal de Contas, visando colocar em cheque a conduta de qualquer servidor que atuou neste certame, ou quiçá, perante os ombros de qualquer empresa concorrente, como lamentavelmente fez a Recorrente.

12. A Recorrida venceu a licitação pelo simples fato de ter apresentado a melhor proposta técnica. Todos os seus esforços foram concentrados nisso, e não visando criar teses absurdas para vencê-lo no tapetão, como fez a Recorrente. Simples assim!

13. Aliás, quem de fato vem propondo os mais variados recursos administrativos perante este procedimento e ações judiciais respectivas é a própria Recorrente, que a todo instante tenta lançar a ideia de que houve fraude neste certame, atribuindo conduta irregular aos servidores que aqui laboraram.

14. Isso sim é conduta desesperada e desrespeitosa, seja em relação a própria Recorrida ou aos servidores públicos com atribuições perante este procedimento, ainda mais levando em consideração que todos os seus recursos administrativos foram improvidos, e a liminar por ela buscada por meio do Mandado de Segurança n. 7024361-38.2021.8.22.0001, de igual forma foi indeferida.

15. Voltando ao ponto objeto deste recurso. Ao contrário do que sustentou a Recorrente, não houve fraude alguma neste processo licitatório, nem muito menos benefício direcionado a quem quer que seja.

16. Explica-se. É certo que a receita bruta auferida pela Recorrida no ano de 2020 foi de fato R\$ 4.963.581,53 (quatro milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos).

17. Também é certo que para fins de enquadramento da empresa na condição de EPP, exige-se que seu faturamento não tenha ultrapassado a importância de R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no ano-calendário, conforme estipula a norma cogente contida no art. 3º, inciso II, da LC n. 123/06:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

(...)

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

18. Todavia, mesmo assim, há peculiaridades na presente hipótese que demonstram que a declaração apresentada perante essa r. Comissão, sobre o enquadramento da Recorrida como EPP, é plenamente válida e regular.

19. Isso porque os §§9º e 9º-A, do art. 3º, da LC n. 123/06, estipula que o desenquadramento da empresa na condição de EPP, caso seu faturamento ultrapasse o teto legal, deverá ser efetivado no mês seguinte a quebra do teto, salvo se tal ultrapassagem for no percentual inferior a 20% (vinte por cento) do teto. Nesta hipótese a conduta administrativa de desenquadramento deverá ser praticada pela empresa somente no ano-calendário seguinte. Veja-se o que dispõe os referidos diplomas legais, naquilo que interessa:

Art. 3º *Omissis*.

(...)

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o

regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12.

§ 9º-A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do caput.

20. Na hipótese em debate como foi auferido pela Recorrida no ano-calendário de 2020 o montante de R\$ 4.963.581,53 (quatro milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos) de receita bruta, significa que não foi ultrapassado a porcentagem de 20% (vinte por cento) sobre o teto, que na hipótese representaria a importância de R\$ 5.760.000.00 (cinco milhões e setecentos e sessenta mil reais).

21. Dessa forma, percebe-se que a Recorrida se enquadrava no permissivo disciplinado no § 9º-A, do art. 3º, da LC n. 123/06, pois no ano-calendário de 2020, apesar de ter ultrapassado o teto disciplinado no art. 3º, inciso II, não estourou o limite de 20% sobre tal valor, o que lhe concedeu a benesse de providenciar sua exclusão somente no ano-calendário posterior, no caso o de 2021, que ainda está em curso.

22. Aliás, a própria escrituração contábil da Recorrida, relativo ao ano-calendário de 2020, em que seria possível se averiguar com exatidão qual foi o valor por ela auferido no respectivo calendário, somente foi encaminhado a Receita Federal no dia 15.06.2021, tendo em vista a prorrogação do prazo ocasionado pela pandemia que ainda assola este lado do poente, conforme descreve a Instrução Normativa n. 2023, de 28.04.2021 (doc. 02):

Prorroga o prazo de entrega da escrituração contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2020.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 2º do Decreto nº 6.022, de 22 de

janeiro de 2007, e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º O prazo final para transmissão da escrituração contábil Digital (ECD) previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2020, fica prorrogado, em caráter excepcional, para o último dia útil do mês de julho de 2021.

Parágrafo único. Nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial, a ECD prevista no § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, deverá ser entregue:

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro a junho, até o último dia útil do mês de julho de 2021; e

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre julho a dezembro, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

23. Repita-se: na hipótese, tal protocolo ocorreu no dia **15.05.2021**, conforme comprova o recibo que segue em anexo (doc. 03).

24. E o arquivo de tal documento perante a junta comercial ocorreu somente no dia **24.05.2021** (doc. 04).

25. Portanto, ao tempo em que houve a declaração da Recorrida em relação ao seu enquadramento como EPP (**01.06.2021**), conforme citado na peça recursal, ela ainda ostentava a condição de pequena empresa, até porque não houve tempo hábil de efetivar o seu desenquadramento perante a receita e a junta comercial.

26. Noutros termos, **como não teve tempo hábil de efetivar o reenquadramento perante a junta comercial**, não tinha como a Recorrida declarar perante o certame que não era EPP. Perceba-se que esse desenquadramento não ocorre de ofício; depende de ato voluntário da empresa, que somente pode ser auferido quando apresentado o balanço, que ocorreu somente em final do mês de maio de 2021.

27. Em termos objetivos a licitação **não era destinada apenas a ME e EPP**, e sim para empresas com capacidade de assegurar a execução do contrato e um faturamento mínimo acima de 1 milhão de reais.

28. **A declaração de EPP foi feita pela própria empresa com base na certidão da Junta Comercial que ainda não foi alterada, sem dolo ou má-fé, e sem que a licitante tivesse auferido qualquer benefício com tal declaração.**

29. A prova da **inexistência** de dolo é que a própria Recorrida juntou na licitação o seu balanço registrado no final de maio, sendo os valores de seu faturamentos bruto e líquido do **conhecimento de todos**.

30. Portanto, ao contrário do que alega a Recorrente, a declaração não é falsa, está livre de dolo e má-fé, e não teve a menor importância no processo, pois não trouxe benefício algum à licitante; não a colocou em vantagem em relação às concorrentes, já que serviria apenas, conforme o edital, para conceder mais prazo para apresentação de documentos, se fosse necessário, benefício esse que não foi utilizado e que em nada interfere no resultado geral do procedimento licitatório, nem na idoneidade ou na reputação e qualificação técnica da agência que venceu todas as cinco etapas da licitação.

31. Logo, haveria fraude caso a declaração tema do recurso ora refutado constasse a Recorrida como não enquadrada na condição de EPP.

32. Importante esclarecer que a todo instante sustenta a Recorrente em sua peça recursal que a Recorrida “supostamente” fraudou a licitação, com a apresentação de declaração falsa de enquadramento na condição de EPP, **visando angariar os benefícios da LC n. 123/06**, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

33. Todavia, não aponta ou demonstra qual benefício foi galgado pela mesma.

34. Ora, os “supostos” benefícios concedidos a EPP em sede de processo **licitatório** estão disciplinados nos arts. 42 *usque* 49, da LC n. 123/06.

35. E nenhum benefício advindo deles favoreceu a Recorrida.

36. Primeiro porque a Recorrida **apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista antes da habilitação**, e não por ocasião da assinatura do contrato, conforme estabelece a regra disposta nos arts. 42 e 43, ambos da LC n. 123/06. Veja-se:

Art. 42. **Nas licitações públicas**, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte **somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.**

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, **por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista,** mesmo que esta apresente alguma restrição.

37. Segundo, **não ocorreu qualquer empate no julgamento das propostas**, que pudesse de alguma forma ser concedido a Recorrida os benefícios do desempate estipulados nos arts. 44 e 45 do mesmo diploma legal:

Art. 44. **Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.**

(...)

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, **ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:**

(...)

38. Terceiro, a Recorrida não emitiu nenhuma cédula de crédito que possui frente a órgãos públicos visando garantir o contrato, conforme regra disposta no art. 46 da norma em referência:

Art. 46. A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial.

39. Por fim, a presente licitação não foi direcionada apenas e tão somente para optantes da sistema EPP, para que pudesse a Recorrida ser beneficiada com as disposições contidas nos arts. 47 a 49 do referido diploma legal:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte

§ 1º (Revogado).

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no **caput** deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado);

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

40. **Em suma: concretamente, no mundo real, não ocorreu qualquer benéfico ou potencial benefício que pudesse de alguma forma ser auferido pela Recorrida em razão da sua declaração como EPP, tema deste recurso.**

41. Noutros termos, a declaração objeto do recurso somente se tornaria relevante acaso demonstrado o prejuízo aos objetivos da licitação ou mesmo àqueles da LC nº 123/2006, que privilegia as pequenas empresas, o que inexistiu na espécie, repita-se.

42. Não se olvida do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Entretanto, referida vinculação não implica na adoção de formalidades excessivas ou desnecessárias pela Administração Pública.

43. Segundo Lucas Rocha Furtado:

Não agir com excesso de formalismo ou não se ater a interpretações literais não significa violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Ao contrário, deve o administrador usar o seu poder discricionário - nunca arbitrário - e a sua capacidade de interpretação para buscar as melhores soluções para as dificuldades concretas. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. 5ª ed. revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 44).

44. O formalismo desmedido não pode prejudicar o processamento das licitações e as contratações públicas, como pretende a Recorrente, devendo a interpretação das normas editalícias buscar a ampliação da competitividade entre os interessados a fim de alcançar com êxito o contrato mais vantajoso para a Administração Pública, como ocorreu na espécie.

45. Logo, a mera declaração de ser enquadrada como EPP, com lastro em documentos contábeis e com base no prazo concedido pela norma de regência para fins de se efetivar o reenquadramento/desenquadramento, não enseja irregularidade capaz de desclassificar o licitante.

46. Sobre o tema, destaque-se trecho do voto do Ministro Marcos Vinícios Vilaça do Tribunal de Contas da União no processo 004.809/1999-8:

O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece o interesse público e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer (...). Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as

exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais. (Processo 004809/1999-8, Decisão 695-99, DOU 8.11.1999, p. 50, e BLC 4, 2000, p. 203).

47. Logo, a mera declaração formal prestada pela Recorrida, sem qualquer interferência/vantagem perante o processo de licitação, não enseja irregularidade capaz de desclassificar a licitante.

48. Importante ainda destacar que a Recorrida não é optante do sistema SIMPLES. Ao revés, desde anos-calendários anteriores recolhe seus tributos pelo sistema **lucro presumido**, conforme comprovam os documentos que seguem em anexo [doc. 05]. Ou seja, nem mesmo em relação a tributação, poderá se argumentar que a Recorrida buscou algum benefício pela declaração que apresentou neste procedimento licitatório.

49. Por fim e não menos relevante, denota-se que Recorrente colacionou em sua peça jurisprudência **anacrônica** e completamente **antagônica** ao caso em tela, **pois se referem à licitações exclusivamente destinadas a Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte**, que não é o caso deste certame, por óbvio. A licitação de publicidade, conforme já mencionado, é aberta a qualquer empresa que tenha capital suficiente para garantir a execução dos serviços.

50. Dessa forma, deverá ser improvido o recurso ora refutado.

2.2 – Da carência da certidão falimentar.

51. No recurso ofertado, sustentou a Recorrente que *“a certidão de falência apresentada é insuficiente e não atesta, na forma do Edital, a sua qualificação econômico-financeira, em violação aos itens 8.2.4 e 8.2.4 “a2” do Edital (...).”*

52. Isso porque, segundo constou na referida peça recursal, a *“própria certidão entregue pela PNA PUBLICIDADE à fl. 39 do Invólucro nº 5 – Habilitação indica*

que “Não constam informações do Sistema de Processos – PJe, sendo necessário a emissão manual complementar dos processos do PJe pelos cartórios distribuidores cíveis ou apenas distribuidor de cada comarca”. (...) Ora, a documentação entregue não atesta que a PNA PUBLICIDADE não possui processos de falência ou recuperação judicial em trâmite no sistema PJe. Era ônus da empresa diligenciar para obter esta certidão complementar, como bem indica o documento emitido pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia.”

53. Em que pesem os argumentos acima destacados, deles não se concorda.

54. Pois bem. Os itens 8.2.4 e 8.2.4 “a2” do Edital estão assim dispostos:

8.2.4 - Qualificação Econômico-financeira a) Certidão Negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede fiscal da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade; [...] a2) No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor.

55. Pelo acima disposto, denota-se que dentre a comprovação da qualificação econômico-financeira, está a necessidade de se acostar aos autos a respectiva certidão de falência e recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor.

56. E tal obrigação foi devidamente cumprida pela Recorrida.

57. Explica-se. A certidão respectiva, relativa ao cartório distribuidor dos processos falimentares, foi entregue tempestivamente pela Recorrida, conforme constou na narrativa recursal.

58. E tal certidão, **alinhada aos documentos contábeis apresentados no referido certame pela Recorrida**, demonstram sem qualquer vacilo que ela não responde a qualquer processo de falência/recuperação judicial.

59. Na realidade, a apresentação de tal certidão pela Recorrida perante o processo licitatório foi **mera faculdade**, eis que ela apresentou também, junto com as respectivas certidões, **o Certificado de Registro no Cadastro Geral de Fornecedores emitido pelo Governo do Estado de Rondônia**, que por óbvio

substitui qualquer necessidade de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial ou processo de falência perante o certame em estudo, conforme consta de maneira expressa no referido documento. Veja-se [doc. 06]:

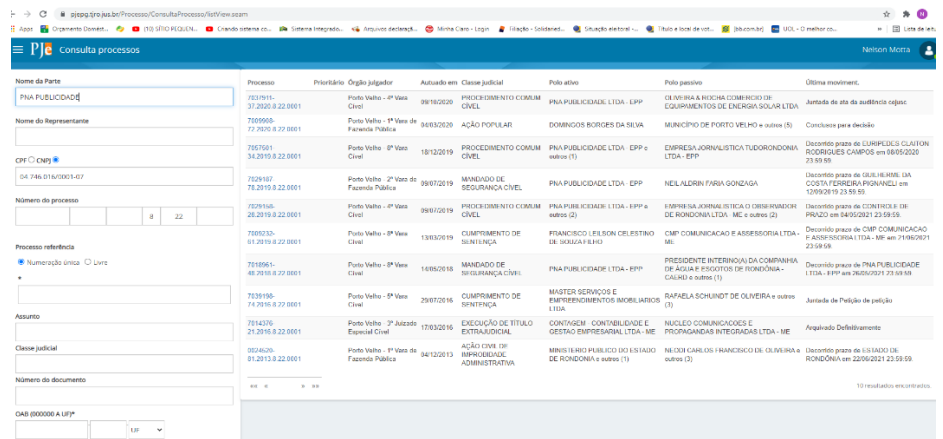
Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Execução Penal Aprovado 26/06/2021 00:00:00

60. Com tal Certificado torna-se despiciendo qualquer debate sobre a matéria.

61. Aliás, a própria empresa Recorrente sequer foi capaz de demonstrar que a Recorrida responde por algum processo nessa seara falimentar, e tal prova era simplória, eis que bastava pesquisar no próprio sistema PJe de primeiro grau, perante a justiça estadual, quais processos constam em nome da Recorrida, e dentre eles, se há algum falimentar. Simples assim!

62. Todavia, não o fez, ao certo por ter a certeza de que não há qualquer processo nesse sentido, ou por ter conhecimento da existência do **Certificado de Registro no Cadastro Geral de Fornecedores emitido pelo Governo do Estado de Rondônia apresentado pela Recorrida** na fase de habilitação do certame.

63. E para espantar qualquer dúvida a respeito deste tema, abaixo segue *print* das ações a que responde a Recorrida, e dentre elas não é possível verificar qualquer processo que tramita na 6ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Capital. Veja-se:



Processo	Prioritário	Órgão julgador	Atualizado em	Classe judicial	Polo ativo	Polo passivo	Última movimentação
7231911-37.2010.8.22.0001		Porto Velho - 1ª Vara Cível	26/06/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PNA PUBLICIDADE LTDA - EPP	OLIVEIRA & RICHIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ENERGIA SOLAR LTDA	Atualizada de ata de audiência online
7090958-72.2010.8.22.0001		Porto Velho - 1ª Vara de Falência Pública	04/03/2020	AÇÃO POPULAR	DOMINGOS BORGES DA SILVA	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO e outros (5)	Concluída para decisão
7957591-34.2010.8.22.0001		Porto Velho - 1ª Vara Cível	18/12/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PNA PUBLICIDADE LTDA - EPP e outros (1)	EMPRESA JORNALISTICA TUDORRONDONIA LTDA - EPP	Desconto prazo de CURPILDEUS CLAUDIO RODRIGUES CAMPOS em 04/05/2020 23:55:55
7251987-78.2010.8.22.0001		Porto Velho - 2ª Vara de Fazenda Pública	09/01/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PNA PUBLICIDADE LTDA - EPP	NEL ALDRIN FARIA SOBRINHO	Desconto prazo de CAULILANES DA COSTA FERREIRA PONTES em 10/09/2019 23:55:55
7251916-28.2010.8.22.0001		Porto Velho - 1ª Vara Cível	26/01/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PNA PUBLICIDADE LTDA - EPP e outros (2)	EMPRESA JORNALISTICA O ORIENTADOR DE RONDONIA LTDA - ME e outros (2)	Desconto prazo de CONTINHA E DE PRADO em 04/05/2021 23:59:59
7090332-01.2010.8.22.0001		Porto Velho - 1ª Vara Cível	13/03/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	FRANCISCO LEILSON CRESTINO DE SOUZA RUIZ	CMF COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA - ME	Desconto prazo de CMF COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA - ME em 21/06/2021 23:59:59
7319561-48.2010.8.22.0001		Porto Velho - 1ª Vara Cível	14/05/2018	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PNA PUBLICIDADE LTDA - EPP	PRESIDENTE INTERMUNICIPAL DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA - CAURIA e outros (1)	Desconto prazo de PNA PUBLICIDADE LTDA - EPP em 26/05/2021 23:59:59
7329198-74.2010.8.22.0001		Porto Velho - 1ª Vara Cível	29/07/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	MASTER SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	RAFAELA SCHMIDT DE OLIVEIRA e outros (1)	Atualizada de Petição de petição
7314376-21.2010.8.22.0001		Porto Velho - 2ª Vara Especial Cível	17/03/2018	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	CONTAGEM - CONTABILIDADE E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA - ME	NUCLEO COMUNICAÇÕES E PROPAGANDAS INTEGRADAS LTDA - ME	Arquivado Debitivamente
0524026-01.2012.8.22.0001		Porto Velho - 1ª Vara de Fazenda Pública	04/12/2018	AÇÃO CIVIL DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDONIA e outros (1)	NEI DOS CARLOS E FRANCISCO DE OLIVEIRA e outros (2)	Desconto prazo de ESTADO DE RONDONIA em 22/05/2021 23:59:59

64. Dessa forma, se depreende que a decisão proferida pela Comissão de Licitação, no sentido de habilitar a Recorrida em razão dela não responder a nenhum processo falimentar, deve ser mantida, pois ao tempo de sua prolação haviam documentos [Certificado de Registro no Cadastro Geral de Fornecedores, Certidão do Cartório Distribuidor e documentos contábeis] **capazes de demonstrar, por si só, que sobre ela não havia qualquer restrição a respeito deste tema**, motivo pelo qual deverá o recurso ora refutado ser improvido, até mesmo porque não restou demonstrado qualquer prejuízo para os demais licitantes.

3 - DOS PEDIDOS.

65. Diante de todo o exposto, a Recorrida requer:

I – o conhecimento e processamento das presentes contrarrazões;

II - no mérito, seja negado provimento ao recurso apresentado pela Recorrente, prosseguindo-se com a contratação, porque demonstrada na presente impugnação a inocorrência de violações ao edital aptas a ensejar a nulidade do certame, porque estão devidamente contrapostos todos os argumentos recursais.

Pede deferimento.

Porto Velho/RO, 23 de junho de 2021.

NELSON CANEDO
MOTTA:573249132
53

Assinado de forma digital por
NELSON CANEDO
MOTTA:57324913253
Dados: 2021.06.23 18:27:24
-04'00'

Nelson Canedo Motta
OAB/RO 2.721

Zoil Batista de Magalhães Neto
OAB/RO 1619

Alexandre Camargo
OAB/RO 704

Inventário de documentos que acompanham a presente peça:

Doc. 01 – Procuração

Doc. 02 – Instrução Normativa n. 2023, de 28.04.2021

Doc. 03 – Protocolo de entrega do SPED do ano 2020

Doc. 04 – Protocolo do Balanço do ano 2020 na Junta Comercial

Doc. 05 – Comprovante do regime de tributação da PNA

Doc. 06 - Certificado de Registro no Cadastro Geral de Fornecedores emitido pelo Governo do Estado de Rondônia